

## UMA TEORIA TERMINOLÓGICA PARA UM CONCEITO CONTEMPORÂNEO DE INFORMAÇÃO DOCUMENTÁRIA

Marilda Lopes Ginez de Lara  
Dra. em Ciências da Comunicação pela ECA-USP  
Profa. do Depto. de Biblioteconomia e Documentação  
da ECA-USP, Bolsista do CNPq – modalidade  
Produtividade em Pesquisa, [larama@usp.br](mailto:larama@usp.br)

**Resumo:** As alterações verificadas na história das idéias têm seus reflexos na abordagem do conceito de informação no contexto da Ciência da Informação. A apropriação da Terminologia, considerada importante para o aperfeiçoamento dos instrumentos de organização e acesso à informação, originalmente feita a partir de sua versão clássica, passa a exigir uma reavaliação, visando contemplar os novos problemas colocados por um conceito contemporâneo de informação. Propomo-nos a verificar alguns dos problemas advindos desse novo conceito, analisar como as alterações do pensamento nas ciências sociais interferem nas concepções clássicas da Terminologia e quais as possibilidades de contribuição das novas propostas terminológicas para o campo da Ciência da Informação.

**Palavras-chave:** ciência da Informação; terminologia; organização da informação; linguística documentária

**Abstract:** The changes in the history of ideas affected Information Science's approach to the concept of information. The appropriation of the Terminology considered to be relevant to enhance the information access and organization tools originally based on the classic terminology, needs to be reevaluated to be able to handle the new problems that arise from a contemporary concept of information. We propose to verify some of these new problems, analyse how the changes in the social science thinking affect the classic conception of Terminology and which are the possible contributions of new terminological proposals to the Information Science.

**Keywords:** information science; terminology; information organization; documentary linguistics

## 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, propomo-nos a refletir sobre novos parâmetros de organização e recuperação da informação considerando, de um lado, as necessidades relacionadas ao enfrentamento de um conceito contemporâneo de informação e, de outro, os benefícios e dificuldades dos estudos sobre a linguagem, em especial, a Terminologia, nas suas diferentes vertentes. A Terminologia tem sido referida, pela sua importância e em diferentes graus, nas metodologias de construção de distintos instrumentos de organização da informação e do conhecimento – Linguagens Documentárias como os Tesouros, Ontologias, Mapas Conceituais, *Topic Maps* -, ferramentas que têm certa proximidade e que se distinguem entre si pelas suas características, objetivos e origens disciplinares. O que une todos esses instrumentos é sua problemática central organizada em torno da noção de conceito ou dos aspectos semânticos que lhe são relacionados.

As alterações da história das idéias e das tecnologias que têm afetado todos os campos do conhecimento também se rebatem na Ciência da Informação e nas Ciências da Linguagem. No caso da Terminologia, vivencia-se um momento de profundo debate que incide, prioritariamente, na abordagem das relações entre a noção de conceito, de linguagem e de uso. No campo da Ciência da Informação ficam em relevo, na perspectiva da organização da informação visando à transferência, dentre outras, as questões relativas à informação como um fato de linguagem e de cognição, como também às relativas às relações entre o texto, a 'representação', o sistema de informação, o emissor (ou enunciador), o usuário (ou enunciatário) e as condições de produção e recepção da informação, que envolvem a interpretação e apropriação para o conhecimento.

Para organizar a reflexão, procuraremos, primeiramente, verificar que alterações são especialmente importantes para uma nova abordagem do conceito de informação no contexto da Ciência da Informação na atualidade e quais os novos problemas elas colocam. Em seguida, propomo-nos a analisar como as mesmas alterações interferem nas concepções clássicas da Terminologia e seus principais desdobramentos teórico-metodológicos. Com base nesse levantamento, discutiremos teoricamente as possibilidades de apropriação da Terminologia (e qual Terminologia) para a Ciência da Informação.

## 2 A INFORMAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

O conceito de informação, no campo da Ciência da Informação, assume contornos característicos na contemporaneidade, em razão de uma nova postura filosófico-pragmática frente à ciência, do foco no valor social da informação e das influências das tecnologias, que alteram as formas de disponibilização e de acesso.

Na história da idéias, as alterações fundamentais se relacionam, principalmente, à concepção do conhecimento e, como decorrência, ao estatuto da ciência frente ao senso comum. Na ciência moderna há uma ruptura entre o sujeito e o objeto, entre a teoria e os fatos, ou entre os conceitos e a observação, privilegiando-se ora um pólo, ora outro. Tendo como ponto de partida essa separação, o pensamento moderno supõe que a ciência teria como tarefa polir, com seus métodos, o espelho imperfeito que reflete a realidade (Rorty, 1988) Na base dessa concepção, está a crença nas essências e numa verdade a ser buscada.

O momento mais dogmático da ciência se dá com o positivismo lógico, quando ela é admitida como o aparelho privilegiado de representação do mundo. Uma das vertentes do positivismo lógico chegou a postular a coincidência entre a linguagem unívoca da ciência e a experiência ou observação imediatas. O apogeu da dogmatização da ciência coincide, porém, com o início de seu declínio, uma vez que no interior do próprio Círculo de Viena, onde essas idéias tiveram lugar, surgem os primeiros questionamentos aos limites da teoria. Esse debate continua até os dias de hoje, sob várias perspectivas, e se expressa sob o título de ciência pós-moderna (Santos, 1989).

É a ciência positiva, no entanto, que melhor caracteriza o discurso e a prática da

Documentação, como mostra o exercício reflexivo que ora se desenvolve, ainda que parcialmente, começando pela discussão epistemológica e, em seguida, focando os problemas específicos do campo de conhecimento. O positivismo, como afirma García Gutiérrez, está na base nossa memória exterior – a exomemória – e seus códigos e critérios se estendem às formas de organização do conhecimento e da informação conformando nossa memória ‘subrogada’ (García Gutiérrez, 2002).

Uma rápida análise dos instrumentos utilizados para a organização e representação da informação pode comprovar a afirmação. A perspectiva de Otlet, a despeito de sua proposta tonalizada por certos relativismos, parte do princípio da existência de um conhecimento que deve ser difundido. O ideal de disseminação universalizante tem como instrumento o princípio enciclopédico, quer no sentido de pretender cobrir toda sua extensão, como de encadeá-lo dedutivamente de forma apriorística. Embora defenda que a cada livro corresponde um leitor – o que indica ao menos níveis distintos de tratamento da informação -, não vai muito distante a forma de prescrever a disseminação das informações proposta por Ranganathan. As categorias que ele propõe, embora flexibilizadas pela noção de faceta, são urdidas na crença substancialista das essências como constitutivas dos objetos e fenômenos e assentadas em classes básicas disciplinares.

Em Gardin, que imprimiu um caráter teórico à Documentação propondo a Análise Documentária e a observação dos fundamentos lógicos e semânticos das linguagens documentárias, encontra-se o desejo de expurgar as impurezas e imperfeições dos discursos das ciências humanas a partir do modelo das ciências mais formalizadas. Por seu turno, nas bases das normas de elaboração de Tesouros propostas pela ISO e referendadas por organizações nacionais assemelhadas, está uma proposta que vê no substantivo a forma de representação privilegiada (de outro modo, a essência).

De uma maneira ou outra, todos esses exemplos comprovam a busca da organização metódica, da certeza e, quase sempre, da crença na ciência como aparelho privilegiado do conhecimento. Também se encontram de forma subjacente ao pensamento documentário a ruptura entre sujeito e objeto - que se expressa no método através da proposição da separação rígida entre o objeto teórico e o objeto empírico -, a distância entre o discurso da ciência e o discurso do senso comum e a diferenciação entre a linguagem da ciência e a linguagem da vida cotidiana.

A ciência pós-moderna, ao questionar o conjunto desses princípios, argumenta que a separação sujeito/objeto e as teses correlatas impedem que se compare o conhecimento teórico com a realidade não conceptualizada ou, dito de outra forma, afirma a impossibilidade da análise fora da perspectiva da teoria ou do observador. Argumenta pela atenuação das diferenças entre os discursos da ciência e do senso comum, afirma a verdade como um conceito pragmático e privilegia a criatividade em oposição à adaptação (Santos, 1989).

Uma Ciência da Informação “pós-moderna” implica uma reorganização das abordagens sobre a informação. Já que a ciência não é mais o aparelho privilegiado para ver o mundo, não há uma única matriz que balize a estruturação e os arranjos informacionais. A atividade documentária deve, agora, ser pensada no marco mais geral dos processos de produção plural do conhecimento, incluindo a intervenção de variantes cognitivas e não cognitivas de outros mundos possíveis execradas pela modernidade na construção da exomemória (García Gutiérrez, 2002, p.12). Considerar o pensamento plural implica abandonar o modelo explicativo de referência única fortemente delimitado *a priori* e, ao mesmo tempo, obriga a observar as variações de contexto e os diferentes públicos, antes esquecidos ou idealizados.

A diferença fundamental do tratamento informacional, nessa perspectiva, é que ele não pode mais se constituir a partir de uma metodologia que privilegie, ora o pólo da produção (ou enunciação), ora o pólo da recepção (ou enunciação). A primeira alternativa esquece o usuário como sujeito da interpretação (o enunciatário); a segunda, na tentativa de contemplá-lo, ignora as marcas intencionais da enunciação. O problema se desloca, então, da enunciação e da recepção para a mensagem, passando-se a enfatizar a característica mediadora da atividade

documentária, modo de veiculação do bem simbólico que é a informação. De forma correlata, desaparece (ou fica relativizada) a função pedagógica da atividade documentária, uma vez que o usuário é concebido, também, como um agente do processo de conhecimento, podendo organizá-lo à sua maneira segundo suas necessidades e condições interpretativas.

Ocorre, também, uma transformação do sistema informacional que, de 'explicador', passa a ser instrumento do processo de mediação. Isso não quer dizer que os sistemas devam se eximir da explicitação das suas hipóteses de organização: ao contrário, em vista de públicos distintos e em função da inexistência do mediador humano como resultado do uso das tecnologias, os sistemas devem dispor de amplos leques para a escolha, como precisar os pontos de partida das organizações propostas para o acesso. Por outro lado, para operacionalizar um conceito contemporâneo de informação, as tecnologias não podem ser utilizadas para conformar e submeter o usuário às suas regras, mas, na medida do possível (a tecnologia também não é neutra), oferecer-lhe a possibilidade de exercer sua criatividade.

Também o tratamento documentário dos textos (textos, num sentido amplo) deve ter suas metodologias revistas considerando os novos problemas a serem enfrentados: na indexação, destaca-se a fragilidade da noção de conteúdo e de *aboutness* – cara à crença nas essências; na constituição de linguagens documentárias, nosso foco principal, enfrenta-se o problema da incompletude do substantivo como forma de representação, bem como a ausência de mecanismos efetivos que dêem conta da sintagmatização.

De fato, as linguagens documentárias, instrumentos de características intermediárias entre a linguagem natural e a linguagem formalizada, não se constituem como verdadeiramente simbólicas, pois não têm dupla articulação e não têm embreagem no vivido (Granger, 1974; Possenti, 1996). A dupla articulação é uma característica quase exclusiva das línguas naturais. Já a possibilidade de embreagem tem sido buscada na terminologia dos campos do saber e de atividades, uma vez que aí se encontram os signos que correspondem a possibilidades interpretativas razoavelmente consensuais. No entanto, não é qualquer Terminologia que considera a centralidade da linguagem na comunicação.

### **3 A TERMINOLOGIA E SUAS VERTENTES**

Para que possamos nos apropriar das contribuições da Terminologia na perspectiva de uma Ciência da Informação contemporânea, é preciso verificar suas várias vertentes e vinculações teóricas. Uma das principais diferenças entre as propostas da Terminologia clássica e das correntes contemporâneas é o privilégio que a primeira dá às entidades conceituais, concebendo os conceitos como anteriores à sua expressão e conferindo à língua apenas o papel de denominação. A Terminologia baseada em Wüster, o fundador da Teoria Geral da Terminologia - TGT, se concentra nos sistemas conceituais tratando o léxico como nomenclatura ou taxionomia. Já as propostas teóricas mais recentes questionam o isolamento do termo dos discursos e de seus contextos, alterando substancialmente os métodos e a própria concepção do termo e da Terminologia.

Na origem da concepção clássica da TGT está a busca da objetividade, da precisão e da não-ambigüidade. A teoria de Wüster tem suas bases na filosofia analítica e no neopositivismo que, nas suas afirmações mais radicais, consideram a linguagem comum como imprópria à ciência, compartilham da crença na homogeneidade do conhecimento científico e postulam, em última análise, a possibilidade de uma linguagem universal. Compreende-se, por essa via, porque os conceitos são tratados como se fossem independentes da linguagem com função meramente denominativa. Ao mesmo tempo, verifica-se a razão do privilégio da normalização como meio de garantir uma comunicação unívoca.

A ênfase na normalização é tributária da natureza sistemática e do potencial classificador das linguagens (Sager, citado por Krieger, 2001). Privilegiou-se, desse modo, o aspecto sistemático em detrimento da função primordial da linguagem que é ser instrumento de comunicação. A proposta wüsteriana foi, pela sua origem, desenhada para as engenharias e tecnologias, sendo compreensível que ela tenha tomado como parâmetro a formalização dessas linguagens. A afirmação da cientificidade das humanidades tem obrigado, recentemente, a considerar as características próprias desses discursos cujo léxico,

diferentemente do que ocorre com os discursos técnico-científicos, confunde-se com o léxico comum e não se expressa por taxonomias (Krieger, 2001).

Os limites identificados na TGT, de um modo geral, são relacionados ao fato de que esse modelo propõe a observação das questões terminológicas fora do universo da linguagem. Os elos de comunicação, todavia, são expressos em linguagem: não se pode pretender que os termos sejam construtos ideais e homogêneos, isentos de polissemia e ambigüidades, a serviço da comunicação entre especialistas (Rey, 1979, citado por Krieger, 2001).

Os problemas da terminologia clássica são referidos por várias correntes da terminologia contemporânea – ou terminologia orientada socialmente, dentre as quais, a Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1999), a Socioterminologia (Gaudin, 1993), a Teoria Sociocognitiva da Terminologia ou Socioontologia ou, ainda, teoria realista da terminologia (Temmerman, 2001) e a Terminologia cultural (Marcel Diki-Kidiri, 2000). Do mesmo modo, ela é questionada por lingüistas e psicólogos ligados à Semântica Cognitiva, como Dubois (2001) e Rastier (1995), dentre outros. Nos limites deste trabalho, porém, restringiremo-nos a sintetizar as vertentes que têm sido mais referidas na literatura terminológica recente.

A Teoria Comunicativa da Terminologia, embora não negue a importância da teoria clássica, propõe ver os termos como unidades lingüísticas, enfatizando a função da língua como instrumento de comunicação. A Teoria Comunicativa da Terminologia se propõe como interdisciplinar, na confluência entre a teoria do conhecimento, da comunicação e da linguagem. Cabré, responsável pela teoria, questiona a autonomia da Terminologia em relação às teorias da linguagem, propondo considerar os termos como unidades de forma e conteúdo os quais, utilizados em determinadas condições discursivas, adquirem valor especializado (Cabré, 2000).

Para Cabré, as unidades terminológicas fazem parte da linguagem natural, o que significa que os termos não são entidades autônomas que formam um léxico especializado diferenciado, mas unidades denominativo-conceptuais que têm capacidade de referência, podendo exercer funções distintas. Inicialmente, tais unidades não são nem palavras, nem termos, mas são potencialmente termos desde que ativados em seu uso em contextos e situações determinados. Quando ativados, os conceitos de um mesmo âmbito especializado mantêm entre si relações que constituem a estrutura conceptual do campo de assunto. Na sua condição de unidade da linguagem natural, o valor de cada termo é dado pela sua posição relativa.

Ao admitir a similaridade dos termos com outras unidades de comunicação, a Teoria Comunicativa da Terminologia aceita a possibilidade de variação conceitual e denominativa. A função dos termos é dupla: representar e transferir o conhecimento especializado, em graus e modos distintos, como em situações diversas. As unidades terminológicas têm um caráter poliédrico, desempenhando uma função cognitiva, uma função social ou comunicativa, como também uma função lingüística.

À diferença da abordagem anterior feita por Cabré (Cabré, 1993), a proposta da Teoria Comunicativa da Terminologia tem uma dimensão textual e discursiva (Cabré, 1999). Sob nosso ponto de vista, essa proposta recupera a observação de que qualquer discurso é sempre expresso em língua, que lhe dá estrutura e significado (Benveniste, 1991). Sendo a língua (e a linguagem verbal) o instrumento que tem posição hierárquica superior entre os distintos sistemas semióticos, a abordagem lingüística assume importância capital.

A Socioterminologia, por sua vez, prioriza o uso, enfatizando as práticas sociodiscursivas e seu papel na circulação social dos termos. Ela caracteriza em grande parte a terminologia contemporânea na França e no Canadá. Um de seus principais representantes, François Gaudin, criticando a influência do pensamento positivista na teoria de Wüster, mostra que a relação entre o signo e a realidade não é direta, mas construída, ou mais exatamente, co-construída no quadro das interações verbais, sendo que a referência tem um caráter social. Por essa razão, critica a idéia de biunivocidade e propõe a substituição do conceito de domínio pelo de 'épisteme' (utilizando o conceito proposto por Foucault) considerando sua melhor adequação para descrever a realidade do trabalho científico e das

práticas linguísticas que o sustentam. Recupera, de Baktin, os conceitos de dialogismo e polifonia, e propõe prestar mais atenção às múltiplas vozes num texto (polifonia enunciativa), como reavaliar as tipologias que separam os textos em categorias segundo o grau de sua 'cientificidade'.

A Socioterminologia enfatiza a importância das relações semânticas para um melhor entendimento da estrutura interna do léxico através de descrições mais versáteis do significado das palavras, priorizando relações léxicas e gramaticais sobre as definições formais. A atitude descritiva prepondera, assim, sobre a prescritiva. Gaudin vê a Socioterminologia como uma terminologia embebida na história. Metáforas e contextos históricos são características que alteram as propostas sobre monosemia dos termos. Reabilitando a polissemia, ele sugere que ela deva ser circunscrita, mais do que proscrita (Gaudin, 1993).

A Teoria Sociocognitiva da Terminologia, por seu lado, destaca o papel dos modelos cognitivos (como por exemplo, os modelos metafóricos), procurando mostrar as relações entre os processos de categorização e a linguagem. Baseada na semântica cognitiva, a proposta questiona a centralidade na padronização em detrimento de uma descrição realista dos significados dos termos tal como aparecem nos textos.

Temmerman, responsável pela proposta sociocognitiva, afirma que a definição de conceito da terminologia tradicional, como unidade de pensamento constituída por abstração de propriedades, é muito restritiva, uma vez que poucos conceitos existem de forma objetiva. Para a autora, o mundo é melhor compreendido no marco dos modelos cognitivos nos quais se relacionam diferentes unidades de compreensão ou entendimento estruturadas de forma prototípica. Propõe substituir a noção de conceito por unidade de compreensão (entendimento), sustentando que grande parte dessas unidades têm uma estrutura prototípica e que podem, dessa forma, denominar categorias.

Segundo a Teoria Sociocognitiva da Terminologia, o termo, e não o conceito, deve ser o ponto de partida da descrição terminológica, uma vez que só se pode estudar a terminologia no discurso. A diferença de sua proposta está no privilégio da categoria, considerada mais idônea para descrever a unidade de compreensão: a categoria tem um núcleo e uma estrutura delimitada, mas está em processo de contínua reformulação.

As categorias têm estruturas prototípicas que recolhem informação intercategorial (entre categorias) e intracategorial (no interior da mesma categoria). A categoria não tem existência independente da língua, podendo ser observada no discurso, o que implica mais módulos de informação do que as características diferenciadoras ou a posição numa classificação lógica ou ontológica. Do ponto de vista intracategorial, pode-se deduzir uma definição nuclear (por exemplo, parte de), informação histórica, procedimental, etc.; do ponto de vista intercategorial podem ser estudados o domínio, como a perspectiva e a intenção do modelo cognitivo usado (Temmermann, 2001).

Dependendo do nível e tipo de especialização do emissor e do receptor, a informação considerada relevante para uma definição varia, o que torna mais flexível a estrutura conceptual, já que as descrições do significado dependem do tipo de unidade de compreensão como dos participantes da comunicação. De forma conseqüente, a teoria admite a sinonímia e a polissemia no processo de compreensão e de comunicação justificadas pela funcionalidade, pela flexibilidade (os modelos cognitivos se alteram constantemente) e pela diversidade dos processos de categorização (Temmermann, 2001).

Como se pode observar pelas posições acima, o campo de estudos da Terminologia tem avançado de forma considerável. Em balanço recente realizado por Krieger, verifica-se que no Brasil as proposições teórico-metodológicas da TGT que forneceram as primeiras coordenadas de saber e de práticas em Terminologia, são, agora, submetidos à revisão crítica, propondo a valorização dos aspectos linguísticos e comunicacionais dos termos técnico-científicos. O léxico especializado passa, assim, a ser compreendido na sua dimensão de componente natural das línguas naturais, não imunes, portanto, aos efeitos devidos ao funcionamento da língua (Krieger, M.G. & Bevilacqua, C.R., 2005).

A revisão teórica da Terminologia deriva da apreensão dos objetos de uma ciência que

sofre grandes alterações: proliferação dos termos técnico-científicos, inexistência de fronteiras rígidas (no plano significativo) entre léxico geral e especializado e conseqüente aumento da complexidade na tarefa de reconhecimento das unidades terminológicas especializadas. Deriva, também, da crise do conhecimento estruturado que não mais se submete a um fechamento, mas se organiza de forma inter e multidisciplinar, o que exige que a prática terminológica reequacione as formas de apreensão e tratamento das terminologias em dimensões mais amplas, em consonância com a epistemologia das ciências. Com base em princípios da Lingüística em diálogo com outras áreas de especialidade, desenvolve-se a lingüística de *corpus*, são experimentadas teorias funcionalistas e cognitivas sobre a linguagem, passa-se a focalizar o texto e o discurso e a incluir a fraseologia especializada entre as unidades terminológicas (Krieger, M.G. & Bevilacqua, C.R., 2005).

#### **4 A INFORMAÇÃO E A COMUNICAÇÃO E AS TEORIAS TERMINOLÓGICAS**

O breve balanço sobre as novas vertentes da Terminologia, ainda que limitado a alguns aspectos, permite dar uma idéia do estado das artes no campo de conhecimento. A experiência de apropriação da Terminologia na perspectiva da Lingüística Documentária, no Brasil, - também teve início a partir da proposta clássica, principalmente através de sua expressão nas normas terminológicas internacionais (ISO 704-2000 e ISO 1087/1-2000, entre outras) - tem sido simultaneamente feita sob o ponto de vista teórico, como prático, associação que leva à identificação tanto dos benefícios, como dos problemas encontrados na adoção dos princípios terminológicos tradicionais.

Dentre as contribuições advindas desse diálogo destacam-se, dentre outros, o aperfeiçoamento das metodologias de construção de linguagens documentárias (terminologia teórico-metodológica), como também a possibilidade de referendar concretamente os descritores dessas linguagens (terminologia concreta), com a introdução de elementos que podem funcionar como operadores de sentido e desencadear processos interpretativos referidos aos sistemas de conceitos compartilhados por comunidades de prática e de interesse.

Dentre os problemas identificados a partir do uso da terminologia clássica, destacam-se as dificuldades para o enfrentamento dos universos em formação ou em transformação, principalmente relacionados aos campos das Humanidades, embora não exclusivamente. De um modo mais amplo, a Terminologia clássica não responde às necessidades de tratar a heterogeneidade, a diversidade e a multiplicidade dos pontos de vista da produção, do uso e do consumo informacional. O trabalho com a informação passa, então, a solicitar uma teoria mais flexível que, além de considerar a função comunicativa primordial da linguagem, considere as bases sociais em que ela linguagem se apóia e, com ela, admita a polissemia e a variação como elementos constitutivos (Lara, 2004).

A observação do fenômeno terminológico no interior da linguagem permite recuperar a função básica da língua, a comunicação, deslocando a ênfase do caráter representacional da língua para o comunicativo. De fato, a função referencial ou denotativa (entre signo e o referente) é a menos freqüente no exercício da linguagem. Contrariamente à terminologia clássica, a perspectiva estrutural considera que a significação não se define pela associação de um nome a uma coisa, nem pode ser entendida como o aparecimento de uma imagem mental naqueles que utilizam os signos: ela postula que toda significação só pode ser abordada a partir do sistema na qual é gerada (Lopes, 1987) e sua interpretação requer um trabalho de negociação do sentido.

O termo, como a palavra, significa de modo relacional frente aos outros termos do subsistema do qual faz parte. O termo - como o descritor - deve ser interpretado como uma expressão que se propõe no lugar de alguma coisa numa relação que não é de identidade. A significação é registrada pela língua (sistema), mas a interpretação e o sentido, são fundados socialmente: dependem do contexto, da situação enunciativa e das condições de uso.

Do mesmo modo, ao propor o termo como signo lingüístico, reconhece-se que as línguas estabelecem fronteiras diferentes na 'massa amorfa do pensamento' uma vez que enfatizam valores culturais distintos (Hjelmslev, 1975), do que decorre que as variações conceitual e denominativa são elementos naturais. Uma teoria dos termos na perspectiva

comunicacional (Cabré, 1999) propõe a observação dos aspectos pragmáticos de funcionamento das unidades terminológicas.

Enquanto signos, os termos - como os descritores das linguagens de organização da informação - devem ser observados como unidades dinâmicas, cujos interpretantes têm sua embreagem na experiência social dos indivíduos enquanto construtores do sentido. O funcionamento dos signos remete, entre outras coisas, a informações enciclopédicas ativadas diferentemente por distintos usuários. A legitimação dos significados se relaciona às formas como as comunidades - científicas ou não - segmentam e organizam os conteúdos transformando-os em informação, mais do que a partir de atos isolados de definição (Lara, 2004).

Considerando que um dos principais reflexos das alterações paradigmáticas no campo da Ciência da Informação se dá pelo deslocamento da noção de documento para a sua função, só uma teoria terminológica que admita a natureza lingüístico-comunicacional da atividade de mediação permite considerar a complexa dinâmica do processo de conhecimento.

Na perspectiva de um conceito contemporâneo de informação, a Terminologia a ser utilizada deve poder substituir a crença na universalidade dos conceitos, pelo reconhecimento de sua diversidade; o postulado das essências e a identificação das propriedades, pela possibilidade de leitura múltipla fundada na diversidade dos atributos possíveis segundo as óticas teóricas e práticas; a verdade última a ser encontrada, pelo seu caráter pragmático; a linguagem purificada de suas imperfeições, pelo reconhecimento do seu real funcionamento; as categorias universais independentes da língua, pela sua circunscrição não só à língua, como às necessidades e pontos de vista; a distância entre o discurso da ciência e o discurso comum, pela sua aproximação.

O conhecimento não é dado, mas produto da interpretação dentro de várias possibilidades. Da mesma forma, as possibilidades de sua organização. Para enfrentar um conhecimento não mais absoluto, a Ciência da Informação requer uma teoria terminológica que permita admitir uma multiplicidade de estruturas conceituais urdidas nos espaços de atuação ou nas comunidades de distintos discursos. Deve poder, também, dar espaço às estruturas mais abertas de organização.

## **5 COMENTÁRIOS FINAIS**

A apropriação da Terminologia pela Ciência da Informação não tem apenas um objetivo instrumental. O exercício de construção do espaço interdisciplinar, ao não se resumir à identificação do que é útil ou não de um campo de conhecimento para outro, coloca em jogo uma série de conceitos que não se limitam ao campo observado (no caso, a Terminologia). As associações que caracterizam o processo de construção da interdisciplinaridade – que de modo algum se constrói pela justaposição de conceitos, mas pela sua observação focada no objeto da área – remetem a problemas de natureza epistemológica e filosófica.

Neste texto, não nos propomos a explorar a constituição do espaço interdisciplinar, mas é importante mencionar tais problemas porque eles caracterizam o momento particular em que vivemos, de diluição de fronteiras entre os conhecimentos. Por outro lado, a realização desse exercício acaba por levar à colocação de novos problemas, como por exemplo, os relativos aos limites de funcionalidade e desempenho das metodologias e dos instrumentos documentários que utilizamos, desenhados que foram, muitas vezes, a partir de princípios hoje colocados sobre a mesa para debate. Não é nosso objetivo entrar nessa discussão neste momento, mas é necessário registrar nossas preocupações para um debate futuro.

De qualquer modo, a reflexão realizada permite mostrar que, em função dos objetivos próximos de prover a circulação da informação, terminólogos e documentalistas têm muito a trocar. O aprimoramento de seu trabalho passa, necessariamente, pelo engendramento de uma teoria e de uma metodologia que considere que os conceitos, mais do que nunca, são construções cujos sentidos são negociados nas práticas lingüísticas, considerando o uso e sua legitimação pelas comunidades acadêmicas, profissionais ou de atividades e práticas..

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Benveniste, É. (1991). *Problemas de lingüística geral, I*. Campinas: Pontes; Ed. UNICAMP.
- Boaventura Santos, B.(1989) *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro : Graal.
- Cabré, M.T. (1993). *La terminologia: teoria, metodologia, aplicaciones*. Barcelona : Ed. Antártida; Empúries.
- Cabré, M.T. (1999). "Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación". In: \_\_\_\_\_. *La terminología, representación y comunicación*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, IULA. p.109-127.
- Cabré, M.T. (2000). "Terminologie et linguistique: la théorie des portes". *Terminologies Nouvelles*, n.21, p.10-15.
- Diki-Kidiri, M. (2000). Une approche culturelle de la terminologie. *Terminologies nouvelles*, n. 21., p. 27-31 (n. esp. Terminologie et diversité culturelle). .
- Dubois, D. (2001). Lexique(s) et catégories: de la perception individuelle aux connaissances partagées. In: *Simpósio Internacional de Verano de Terminología: Terminologia y cognición*. Barcelona : IULA-UPF, p. 15-38.
- García Gutiérrez, A. (2002). *La memoria subrogada: mediación, cultura y conciencia en la red digital*. Granada : Universidad de Granada.
- Gaudin, F. (1993). *Pour une socioterminologie*. Rouen: Pub. Université de Rouen.
- Granger, G.G. (1974). *Filosofia do estilo*. São Paulo : Perspectiva : Ed. Universidade de São Paulo.
- Hjelmslev, L. (1975). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo : Perspectiva.
- ISO 1087-1 (2000). *Terminology work - principles and methods*. Part 1: theory and application; *Travaux terminologiques - vocabulaire*. Partie 1: théorie et application. Génève : ISO.
- ISO 704 (2000). *Principles and methods of terminology*. 2.ed. Génève : ISO.
- Krieger, M.G. & Bevilacqua, C.R. (2005). A pesquisa terminológica no Brasil: uma contribuição para a consolidação da área. Disponível em: [www.riterm.net/revistaa/n\\_1/krieger.pdf](http://www.riterm.net/revistaa/n_1/krieger.pdf) . Acessado em jul.2005.
- Krieger, M.G. (2001). "Terminologia revisitada". In: Krieger, M.G. & Maciel, A.M.B. *Temas de terminologia*. Porto Alegre/São Paulo ; Ed. Universidade/UFRGS ; Humanitas/USP. p. 47-60.
- Lara, M.L.G. de. (1999). *Representação e linguagens documentárias: bases teórico-metodológicas*. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (Tese de doutoramento).
- Lara, M.L.G. de. (2004). A Ciência da Informação e a Teoria dos Termos. *Simpósio Ibero-americano de Terminologia*, 9. Barcelona, 29 nov.-2 dez.
- Lopes, E.(1987). *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix.

- Possenti, S. (1996). Estruturalismos não estruturalistas. In: Mari, H.; Domingues, I.; Pinto, J., orgs. *Estruturalismo: memória e repercussões*. Belo Horizonte : UFMG; Diadorim. p. 15-26.
- Rastier, F. (1995). Le terme: entre ontologie et linguistique. *La banque des mots*, n.7, p.35-65..
- Rorty, R. (1988). *A filosofia e o espelho da natureza*. Trad. De Jorge Pires. Lisboa : Dom Quixote.
- Temmerman, R. (2001). Sociocognitive terminology theory. In: *Simpósio Internacional de Verano de Terminología: Terminología y cognición*. Barcelona : IULA-UPF, p. 75-92.